



Associação das Universidades de Língua Portuguesa

Revista Internacional em

# Língua Portuguesa

Migrações

**Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)**

RILP – Revista Internacional em Língua Portuguesa  
III Série, nº. 24 - 2011

Publicação Anual da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

Referência solicitada ao catálogo LATINDEX – Sistema de Informação Internacional de Revistas Científicas e ao European Reference Index for the Humanities (ERIH) da European Science Foundation (ESF).

A Revista Internacional em Língua Portuguesa, editada desde o ano de 1989, é uma publicação interdisciplinar da Associação das Universidades de Língua Portuguesa. Criada para aprofundar o conhecimento sobre o português, expressa hoje o conhecimento em português, num espaço de intervenção que em perfeita igualdade participem os membros da comunidade de utilizadores de português no mundo, nas suas diversas formas de expressão e difusão, das ciências humanas, sociais e da natureza, com destaque para a ligação entre o espaço geográfico dos que utilizam a língua portuguesa.

**Fundador:** Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

**Director:** Presidente da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (Jorge Ferrão)

**Coordenação Científica (Número Especial):** João Peixoto (Universidade Técnica de Lisboa) e Duval Fernandes (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

**Secretariado Executivo:** Teresa Botelho

**Conselho Editorial:** João Peixoto (Universidade Técnica de Lisboa - UTL), Duval Fernandes (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas), Adriana Freire Nogueira (Universidade do Algarve-UALG)

**Conselho de Acompanhamento Científico:** Conselho de Administração da AULP – Jorge Ferrão (Universidade Lúrio-Unilúrio), João Guerreiro (Universidade do Algarve-UALG), Clélio Diniz (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG), Rui Martins (Universidade de Macau-UM), Orlando Mata (Universidade Agostinho Neto - UAN), Paulino Fortes (Universidade de Cabo Verde-UNICV), Lourenço do Rosário (Universidade Politécnica de Moçambique-UPM), Armando Pires (Instituto Politécnico de Setúbal-IPS), Carlos Silva (Universidade Independente de Angola (UNIA), Fernando Costa (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), Aurélio Guterres (Universidade Nacional Timor Lorosa'e – UNTL), Rui Jandi (Universidade Lusófona da Guiné – ULG), Peregrino Costa (Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe – ISPSTP), Benedito Guimarães Neto (Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM)

**Capa/Arranjo Gráfico:**

Helder Rodrigues (Universidade do Algarve)

**Execução Gráfica:** Clio – Artes Gráficas, LDA

**Editor:** Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

**Depósito Legal:** 180505/02

**ISSN:** 2182-4452

**Preço deste número:** 10,00 Euros

**Assinatura:**

Correspondência relativa a colaboração de permutas e oferta de publicações deve ser dirigida a:

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

Avenida Santos Dumont, n.º 67, 2º, 1050-203 LISBOA

Telf: 217816360 | Fax: 217816369 | Email: [aulp@aulp.org](mailto:aulp@aulp.org)

Para referência de números anteriores consultar: [www.aulp.org](http://www.aulp.org)

**RILP**

Revista Internacional em Língua Portuguesa

## Migrações

**Editores**

**João Peixoto e Duval Fernandes**

Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal  
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Associação das Universidades de Língua Portuguesa

# Índice

## APRESENTAÇÃO

### **MIGRAÇÕES**

*Jorge Ferrão*

9

### **NOTA DOS EDITORES**

*João Peixoto e Duval Fernandes*

13

### **PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

*“Migração, remessas e desenvolvimento em África:  
o caso dos países de língua portuguesa”*

*Nancy Tolentino, Carlos Rocha, Corsino Tolentino e João Peixoto*

23

### **ANGOLA**

*“A noção de subalternidade e a distribuição étnica de Angola”*

*Helder Bahu*

49

### **BRASIL**

*“Brasil: país de imigração?”*

*Neide Lopes Patarra e Duval Fernandes*

65

*“Refugiados africanos em São Paulo, Brasil: espaços da migração”*

*Rosana Baeninger e Roberta Guimarães Peres*

97

### **CABO VERDE**

*“Novas práticas no campo social da diáspora cabo-verdiana:  
as remessas e a mobilidade transnacional de via múltipla”*

*Iolanda Évora*

113

### **GUINÉ-BISSAU**

*“Migração e desenvolvimento na Guiné-Bissau: experiências e  
controvérsias dos actores envolvidos no processo”*

*João Ribeiro Butiam Có*

131

*“Mobilidade e migrações na Guiné-Bissau:  
dinâmicas históricas e determinantes estruturais”*

*Alexandre Abreu*

145

### **MOÇAMBIQUE**

*“Migração indocumentada de Moçambique para a África do Sul:  
impacto socioeconómico nas comunidades de origem”*

*Manuel G. Mendes de Araújo e Ramos C. Muanamoha*

165

*“Causas, consequências e padrões da migração internacional  
de Moçambique: questões emergentes no espaço da lusofonia”*

*Inês M. Raimundo*

187

**PORTUGAL**

*"A evolução do sistema migratório lusófono.*

*Uma análise a partir da imigração e emigração portuguesa"*

*José Carlos Marques e Pedro Góis*

213

*"As políticas de imigração em Portugal. Contextos e protagonistas"*

*Ana Paula Beja Horta*

233

**SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

*"O meio insular, a emigração e a diáspora são-tomenses"*

*Augusto Nascimento*

257

**ESTUDOS E NOTAS****MACAU**

*"Breves considerações sobre as migrações e os trabalhadores não residentes em Macau"*

*Ho Chi Un*

283

**TIMOR-LESTE**

*"Migração laboral em Timor-Leste"*

*Augusto Soares e Jenice Fernandes*

291

# O meio insular, a emigração e a diáspora são-tomenses

Augusto Nascimento <sup>1</sup>

## Resumo

Neste texto, a partir de uma visão sumária da história do arquipélago de São Tomé e Príncipe, aborda-se a relativamente recente emigração de são-tomenses. Citam-se não apenas variáveis demográficas, mas também o arraigamento social de representações sobre as possibilidades e as (des)vantagens da emigração, da qual, até à independência, os são-tomenses por regra se alheavam. Após a independência, as mudanças políticas, económicas e sociais alteraram radicalmente a (des)valorização da emigração. Procurada enquanto solução para as dificuldades da vida, a emigração veio a dar origem a núcleos importantes de são-tomenses em vários países. A presente conjuntura política e a amplitude da emigração sugerem a constituição de uma diáspora são-tomense, a qual ensaia dialogar com um poder político nem sempre recetivo às mensagens do exterior.

**Palavras-chave:** São Tomé e Príncipe, história da emigração, diáspora são-tomense

A relação entre a história das ilhas, por um lado, e a migração e a diáspora são-tomenses, por outro, afigura-se singular na medida em que, diferentemente, por exemplo, de Cabo Verde, a emigração não só é recente como até meados de Novecentos a emigração se afiguraria uma trajetória inimaginável para a esmagadora maioria dos são-tomenses.

O lastro histórico do arquipélago<sup>2</sup> pesa na modelação de uma, até há poucos anos, impensável diáspora são-tomense? São Tomé e Príncipe foi uma colónia com algumas especificidades. O século XIX trouxe a recolonização e, com isso, formas de dominação

<sup>1</sup> Investigador auxiliar do Instituto de Investigação Científica Tropical; colaborador do CEA-ISCTE/IUL, do CEAUP e do IHC da FCSH/UNL. Contacto: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, R. da Junqueira 30, 3º, 1349-007 Lisboa. Email: anascimento2000@yahoo.com.

<sup>2</sup> Alguns explicarão a recusa dos são-tomenses em emigrar devido ao tráfico de escravos e, também, à observação das condições de vida dos serviçais – equiparados a escravos – nas roças da sua terra. Este ponto merece ponderação. Todavia, tal percepção deve ser referida tanto à apreciação das condições de vida dos serviçais, quanto à relativa segurança e independência de modo de vida dos são-tomenses. Mais, não creio em percepções acerca da emigração deduzidas da imagem da condição degradante do serviçal. Afora isso, se é certo que, no regime monopartidário, os dirigentes cultivaram uma imagem negativa do emigrante, não é líquido que tal tenha enformado a percepção do comum dos são-tomenses que, numa mudança cultural em muito sugerida pelo rumo pós-independência, passaram a aspirar a sair do arquipélago.

típicas do colonialismo moderno, entre elas, a prevalência de barreiras raciais como ordenadoras do tecido económico e das relações sociais. Curiosamente, os moldes de exploração da terra assente na usura de mão de obra importada preservaram os ilhéus numa posição social subalterna mas algo independente e protegida do mando directo dos roceiros. A previsibilidade da vida aferia-se pela rotina moldada pelo imobilismo da terra devotada à monocultura do cacau nas grandes roças. Apesar da determinação por baixo do teto de necessidades, a relativa segurança de uma vida pobre baseada nos proventos de uma gleba, somados aos dos trabalhos de ocasião ou dos salários, mesmo se baixos, não impelia os são-tomenses a emigrar. Malgrado a marginalidade económica e social a que foram votados ao longo de Novecentos, a sua condição não foi gravosa a ponto de os induzir à emigração. Significativamente, foram os mais qualificados que, por falta de oportunidades nas ilhas ou para não suportar a subalternização na sua terra, emigraram para Angola na primeira metade de Novecentos. Já no terceiro quartel, outros são-tomenses – e, também, cabo-verdianos, antes chegados às ilhas como serviçais – lhes seguiriam os passos.

A experiência mais próxima de emigração com que os são-tomenses contactavam era a do *contrato* dos serviçais que, até à década de 1950, trabalhavam nas roças e viviam apartados da terra. De acordo com o viés colonialista, nalguma medida comungado pelos ilhéus, a pobreza dos serviçais era explicada em virtude, não da usura do trabalho nas roças, mas da privação extrema nas terras de origem. Fosse como fosse, a pobreza e os demais condicionalismos que impendiam sobre os serviçais assimilavam o contrato a um desterro e não tornavam a ideia de migrar atrativa. Adiantemo-lo, já depois da independência, a despeito da proclamação da igualdade jurídica de todos os africanos, os esquemas de subalternização dos ex-serviçais devem ter constituído uma lição, implícita mas nem por isso menos elucidativa, do trunfo da pertença à terra na prescrição de destino para os nativos e para os de fora, diferença em tudo dissonante do palavreado e das intenções políticas de 1975. Subliminarmente, também esta constatação poderia ter laborado para não tornar a emigração aliciante para os são-tomenses<sup>3</sup>. Porém, os constrangimentos políticos e, sobretudo, a trajetória de empobrecimento das ilhas mudariam radicalmente e, se quisermos, num ápice, a atitude face à emigração. Foi já enquanto cidadãos de uma terra independente que os são-tomenses começaram a emigrar em número crescente.

Retornando ao passado colonial, o arquipélago nunca fora uma colónia de povoamento. Diferentemente do sucedido, por exemplo, em Angola, os colonos não se enraizaram e não adotaram a terra como sua. Num certo sentido, nem sequer seriam imigrantes. Eram agentes do poder económico e político materializado nas roças e na influência destas sobre a ação governativa. Eram funcionários ou assalariados de poderosos interesses económicos e, mesmo quando não eram roceiros, revelavam-se inacessíveis e distantes do tecido social nativo. Por altura do 25 de abril, viveriam nas ilhas os

<sup>3</sup> As diferenças de trajetória de ilhéus e de ex-serviçais nunca foram um assunto abordado, devido aos indisputados dogmas políticos e ideológicos do regime de partido único e à cultura de silêncio prevalecente no arquipélago desde o colonialismo.

primeiros brancos – poucos – que, assumindo-se como portugueses (como sucedia com são-tomenses), se identificariam com a terra.

Apesar de esbatidas nos derradeiros anos do colonialismo, as barreiras raciais tinham moldado o quotidiano nas roças e na exígua cidade de São Tomé, prevenindo, desde logo pelo escrutínio e censura dos comportamentos, a interação social e a miscigenação. Embora culturalmente misto por força de uma aculturação enquadrada por instituições com permanência plurissecular – como a Igreja Católica –, São Tomé e Príncipe não era uma terra de diversidade e, menos ainda, de abertura para o mundo. A presença dos colonos não teve impacto na renovação de costumes.

Todas estas situações começaram a modificar-se nos derradeiros anos do colonialismo, mas não sobrou tempo para alterar significativamente tanto as estruturas sociais quanto as visões prevalentes sobre o lugar dos são-tomenses no mundo. Aliás, estas foram como que vincadas num sentido conservador pelos dirigentes independentistas, que se diziam progressistas mas cujas noções de empenhamento social e de lealdade política passavam pelo fechamento do novel país ao mundo, refreando o movimento de pessoas tornadas como que património nacional.

Com efeito, neste particular, a independência política não se constituiu como uma rutura. A mudança viria após o falhanço do projeto socialista idealizado pelos independentistas, mormente dos desígnios económicos e sociais subjacentes às políticas implementadas após 1975, parte das quais ampliava as delineadas nos derradeiros anos do colonialismo. Ao passo que a propriedade da terra, entrementes nacionalizada, continuava inacessível aos ex-trabalhadores, a oferta de instrução aos jovens e a melhoria dos indicadores sanitários aumentariam exponencialmente a pressão social para que não existia, antes pelo contrário, o correspondente crescimento económico. Somado à degradação do ambiente político, o empobrecimento empurrou muitos são-tomenses para a cidade e, depois, para a emigração, sugerida também pela expatriação para efeitos de formação universitária e, dir-se-ia, pelas deserções de governantes.

Em suma, durante o colonialismo moderno, São Tomé e Príncipe pareceu desmentir a tendência observável em microespaços insulares para a expatriação dos seus nativos, por regra relacionada com as dificuldades de sobrevivência ou de realização das metas idealizadas por falta de oportunidades. Por circunstâncias singulares, no arquipélago equatorial não se constituiu uma tradição de emigração. Por maioria de razão não se decantou uma diáspora, realidade associativa, política e institucional dos tempos recentes para que, consoante os contextos de acolhimento, os são-tomenses tendem agora a caminhar celeremente. Já no arquipélago, os estudos das migrações não se encontram muito aprofundados<sup>4</sup>, o que se prende não só com a relativa pobreza intelectual e científica legada pelo colonialismo, quanto com o facto de a emigração ser relativamente

<sup>4</sup> Afora trabalhos realizados sob a égide de organismos internacionais, realce-se a dissertação de mestrado de João BONFIM (2000, *Os processos migratórios em S. Tomé e Príncipe e a corrente portuguesa*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra), na qual alguns problemas relacionados com a emigração são-tomense são abordados de vários ângulos, entre eles, o da evolução política, que, também neste texto, tentamos ponderar.



recente. Porém, como se verá, a emigração ocupa um espaço crescente na política e nas conversas de rua em torno desta.

### **Evolução demográfica**

Sem filiar a emigração são-tomense na demografia, cumpre atentar nas variáveis demográficas. Já iniciado antes, o crescimento populacional tornou-se particularmente acentuado após a independência. Durante décadas tributário da importação de braços, a partir de meados de Novecentos, o aumento da população passou a depender do crescimento natural, favorecido pela redução das taxas de mortalidade, particularmente da infantil e juvenil, e alimentado por elevadas taxas de natalidade.

Concomitantemente, o peso dos serviçais no cômputo da população tendeu a decrescer. Primeiro, a maioria dos serviçais passou a ser repatriada em devido tempo e, segundo, verificou-se uma progressiva redução dos fluxos de serviçais oriundos de outras colónias. A importação de serviçais findou em 1970, com a chegada dos últimos cabo-verdianos contratados.

No arquipélago, a evolução demográfica dos são-tomenses não tem sofrido com as privações económicas, facto que, nalguma medida, também explicará o crescimento após 1975, não obstante as crescentes dificuldades económicas. Com efeito, salvo em conjunturas específicas, a marginalidade económica e social da população nativa, em crescendo de finais de Oitocentos a meados de Novecentos, não afetou o seu crescimento, desmentindo os colonialistas de finais de Oitocentos, que, denotando a influência do darwinismo social, prognosticavam a degenerescência e o desaparecimento da *raça* dos ilhéus.

Para além da integração de segmentos de serviçais e dos respetivos descendentes, o crescimento dos ilhéus deveu-se, em parte, às condições ecológicas avessas a situações de fome<sup>5</sup>, ao enquadramento sanitário, melhorado no derradeiro quartel do colonialismo, e, ainda, à inexistência de uma emigração significativa. Por fim, as mutações sociais e políticas do derradeiro quartel do colonialismo potenciaram o crescimento demográfico, que prosseguiu após 1975. Em todo o caso, e como se disse, as dificuldades extremas do pós-independência levaram são-tomenses a emigrar como nunca tinham feito antes, em parte também pela configuração da política colonial.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Consulte-se TENREIRO, Francisco, 1961, *A ilha de S. Tomé*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, p.110.

<sup>6</sup> Em São Tomé e Príncipe, para além de um ambiente ecológico não propício à ocorrência de fomes e de fatalidades que empurrassem os ilhéus para a emigração, a política colonial construiu-se no sentido de preservar um grupo que, à margem das roças, funcionasse, sob diversas perspetivas, como uma espécie de 'almofada social' para as tensões nas roças. Apesar da subalternidade, aos ilhéus foi bastando o seu modo de vida, pobre mas independente e ao abrigo do mando dos roceiros. Embora veladamente, algumas autoridades coloniais alimentavam o sonho de poder vir a criar um mercado de mão de obra a que acorriam os ilhéus proletarizados, mercado que dispensaria a importação de serviçais (cf. NASCIMENTO, 2002, *Poderes e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe de finais de Oitocentos a meados de Novecentos*, S. Tomé). Por todas estas razões, se não impediu completamente, também não se favoreceu a emigração de ilhéus. Este quadro mudou nos derradeiros anos do colonialismo, quando ilhéus com instrução começaram a procurar Angola.

No pós-independência sucederam-se as dissidências no Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (doravante, MLSTP) e no regime. Em resultado dessas divergências, militantes e simples cidadãos abandonaram o MLSTP e alguns saíram do arquipélago. Mais uma vez, este perdeu elementos qualificados, não só em virtude da evolução política<sup>7</sup>, quanto também pelas raríssimas oportunidades para os quadros que aspiravam a alguma ascensão social fora da política. Tratou-se de um movimento que, não tardaria muito, seria seguido por muitos outros são-tomenses de diversas condições sociais. Também por causa de um crescimento demográfico incessante.

Dados da população são-tomense

Ano	População residente
1921	59.055
1940	60.490
1950	60.159
1960	64.263
1970	73.631
1975	80.000
1981	96.611
1991	117.504
2001	137.599
2010	163.784

Fonte: Nascimento, 2008: 43

Atualmente, a emigração do arquipélago é um bom exemplo, não somente da tendência dos espaços microinsulares para a expatriação das suas populações, mas, no que a São Tomé e Príncipe diz respeito, também do inimaginável impacto de sucessivas mudanças políticas e sociais que governantes e o comum dos são-tomenses pensaram ter controladas. Produto dessas mudanças, cite-se o facto de o arquipélago equatorial ser já o segundo país africano com maior percentagem de emigrados (ver à frente), quando, até há pouco, a emigração era uma opção quase liminarmente descartada pelos ilhéus.

Aventa-se que 20% da população são-tomense está emigrada<sup>8</sup>, estimativa que, evi-

<sup>7</sup> Apesar de matizados por laços pessoais e familiares, os constrangimentos do regime monopartidário, conjuntamente com as dificuldades económicas, impeliram parte dos mais capacitados a deixar o arquipélago (CAHEN, Michel, 1991, "Arquipélagos da alternância: A vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe" in *Revista Internacional de Estudos Africanos* nº14-15, Lisboa, CEAALICT, p.134). Também HODGES e NEWITT realçaram a expatriação de elementos diferenciados em resultado de dissensões políticas e da escassez de oportunidades (cf. 1988, *São Tomé and Príncipe. From Plantation Colony to Microstate*, Londres, Westview Press, p.105). De acordo com João BONFIM, desfavorecidos e afectados economicamente, elementos da elite sofreram com o totalitarismo e a intolerância (op. cit., p.120), o que levaria alguns deles a abandonar o país.

<sup>8</sup> Por exemplo, Libertato Moniz aludiu a mais de 20% de são-tomenses expatriados, cf. <http://www.telanon.info/sociedade/2011/11/28/9118/forum-da-diaspora-abre-hoje-com-polemica/>, acesso: 28 de Novembro de 2011.

dentemente, compreende descendentes de emigrados que já não serão são-tomenses de direito e que, sem embargo de se dizerem são-tomenses e de poderem enunciar o objetivo de vir a viver na terra natal dos seus ascendentes, nunca o farão. Como, de resto, sucederá com muitos emigrados, cujo regresso não depende da sua vontade. Costumeiramente, variadíssimas razões do dia-a-dia obstam à concretização dos almejados regressos.

Ademais, nem na hipótese de atravessar uma fase de crescimento económico consistente o arquipélago se revelará necessariamente propício ao retorno dos emigrados. Diga-se que, no futuro, a eventual exploração petrolífera poderá trazer ao arquipélago um afluxo de imigrantes do continente africano (para além dos entrementes chegados) e não só. Não surpreendentemente, por razões relacionadas com a responsabilidade política e social para com os concidadãos, nos círculos de poder parece conviver-se melhor com o ingresso de imigrantes do que com o regresso dos seus conterrâneos, que não é ativamente incentivado.

### **Os condicionalismos da emigração de são-tomenses**

As mutações políticas e as crescentes dificuldades económicas e sociais após 1975 fizeram São Tomé e Príncipe passar de terra de chegada de sucessivas imigrações, frequentemente forçadas, para um país com um fluxo emigratório, cujo crescimento só é contido pelos escolhos apostos nos potenciais destinos.

Recentemente, sustentou-se que, até há anos, em São Tomé e Príncipe não se encarava de boa mente a emigração devido à imagem degradante de sucessivos imigrantes, dos degredados europeus aos contratados para as roças. Por causa disso, o modo de vida e os valores são-tomenses não incluíam o abandono da terra natal, porquanto o emigrante era equiparado ao indivíduo sujeito à servidão. Tal juízo fundava-se na observação da vida dos contratados nas roças.<sup>9</sup> Estas ideias merecem ser relativizadas: face à pressão das dificuldades económicas, a dimensão algo diminuta da emigração deverá ser atribuída sobretudo a condicionalismos políticos e sociais, entre eles, os contornos da governação depois da independência. Todavia, a dado passo, os impedimentos administrativos revelaram-se incapazes de continuar a conter a vontade de emigrar.

Em 1974-1975, traçado um amplo horizonte de expectativas pela independência, parte dos são-tomenses regressou à terra.<sup>10</sup> A euforia da independência levou a sobreestimar

<sup>9</sup> Veja-se BONFIM, *op. cit.*, pp.4, 10 e 18-19.

<sup>10</sup> Enquanto isso, a independência provocava o êxodo de serviçais, sendo certo que muitos ficaram. EYZAGUIRRE sustenta que os 9.000 cabo-verdianos à data de independência foram encorajados a permanecer pelo governo independente, que terá negado vistos de saída aos que não tinham posses para adquirir vistos para emigrar (cf. EYZAGUIRRE, Pablo, 1986, *Small Farmers and Estates in Sao Tome, West Africa*, Ph. D. dissertation, Yale University, p.350). Outros deixaram o país devido à percepção da fragilidade da sua posição, bem como à premonição das dificuldades vindouras no arquipélago. BONFIM aduz que grande parte dos 15.000 serviçais abandonou na altura o país (*op. cit.*, pp.20-21). Não se sabe quantos saíram, mas diga-se que a saída de um milhar de indivíduos já não terá sido negligenciável. Hoje, as cifras desse êxodo, ainda por apurar, não se afiguram significativas, mas a saída de serviçais em 1975 terá sido económica e socialmente prejudicial, porquanto à drenagem de braços se somaram as consequências da orientação económica estatizante então adoptada.

as possibilidades económicas do novel país, sobretudo entre os mais qualificados. Todavia, alguns dos então regressados refariam o caminho de volta; outros, impedidos de o fazer, lamentariam a opção errada daquela época.

Após 1975, a estatização da economia e as políticas de integração social, nomeadamente a da promoção da escolaridade, lançaram a semente das migrações internas, entre cujas consequências se conta a elevada concentração demográfica na capital e respectiva zona limítrofe. Mas, ainda na década de 70, desenhou-se um movimento de emigração, mormente de quadros. Este movimento brotou da criação de um Estado policial e da tensão política daí resultante<sup>11</sup>, assim como da desagregação económica e social.

Entrementes, a emigração era desencorajada pelos governantes com base na alegação de que os emigrantes, além de precisos na terra, viveriam mal fora dela. Mais do que por uma política clara, a emigração era contida por embaraços administrativos. Estes talvez se pudessem dever ao intuito de assegurar mão de obra, mas prevaleceriam, sobretudo, motivações de cariz ideológico e político. Reservada, laboraria a convicção de que, uma vez no exterior, os emigrantes se transformariam em potenciais opositores políticos.

A emigração pareceria indiciar o fracasso das opções do pós-independência. Ainda assim, no país foi prevalecendo a recusa em encarar a emigração como produto do rumo político, económico e social. Escorada no voluntarismo revolucionário, a política de emigração resumiu-se ao arbítrio das instâncias governamentais sobre os pedidos de saída do país. Deste modo, a emigração era permitida, ou não, de forma casuística. A insularidade ajudava a contê-la, o que não impediu que, na década de 80, no pico das dificuldades de sobrevivência, se falasse de pessoas que se aventuravam mar adentro para chegar à costa, como, aliás, o tinham feito europeus degredados e africanos escravizados em Oitocentos. Os governantes propenderam a uma tutela estrita da vida das pessoas, dificultando a emigração. Por isso, os intentos de emigração eram mascarados. Alguns emigrantes negociaram ou moveram influências para lograr a transigência das autoridades e poderem sair.

Em meados da década de 80, a faceta policial do Estado começou a esbater-se, mas outro tanto não sucedia com as privações e as dificuldades económicas. Estas tendiam a empurrar para a emigração, amiúde clandestina. A esta migração somou-se o não retorno dos estudantes no exterior e, até, dos que saíam em missão de serviço ou com baixa médica.

Entre os indivíduos mais diferenciados, mormente políticos, uma nova onda de emigração terá ocorrido aquando da liberalização política em 1990-1991. A alternância política trouxe perda de privilégios e, também por isso, procura de qualificação para novos desempenhos. O tirocínio no exterior revelou-se uma medida sagaz por parte de elementos conotados com o monopartidarismo. Contra a expectativa generalizada, a primeira

<sup>11</sup> Aspeto mencionado por BONFIM, *op. cit.*, p.85.

década de multipartidarismo pautou-se por um empobrecimento ainda maior do que o já vivenciado. Em parte, a emigração de quadros terá resultado mais das baixas remunerações do que do desemprego, sendo, portanto, determinada pela expectativa de um futuro melhor fora, a qual, em resultado dos problemas económicos em Portugal e da melhoria no arquipélago, vem sendo lentamente revertida nos dias de hoje.

A melhoria dos indicadores macroeconómicos não se traduz num significativo acréscimo de oferta de trabalho remunerado e, por isso, não se assistirá ao retorno em larga escala dos emigrantes. Ao invés, poder-se-á continuar a assistir à emigração, mormente para Angola. A palavra *aventurar* entrou no léxico local, quiçá, para ficar.

Como muitas outras mudanças inesperadas para os são-tomenses, a emigração tornou-se uma realidade, contida apenas pelas restrições nos potenciais destinos migratórios. Mais do que eventuais rastos históricos, é a procura de uma vida, que não se encontra nas ilhas, que pesa nas decisões relativamente à emigração. Afinal, emigrar só terá parecido algo de inimaginável no período do colonialismo moderno, cujos contornos económicos e constrangimentos políticos refrearam fortemente a mobilidade.

### **Destinos de emigração**

Desde as derradeiras décadas de Oitocentos, são-tomenses emigraram para a ilha de Fernando Pó. Aí, alguns possuíam propriedades similares às roças entrementes criadas no seu arquipélago. Em resultado dessa emigração, constituiu-se naquela ilha uma comunidade são-tomense. A independência da antiga colónia espanhola veio alterar substancialmente a situação dos são-tomenses. Em 1972, na sequência da deterioração das condições de vida na ilha, dezenas de são-tomenses retornaram a São Tomé. Também em 1976, cerca de 400 são-tomenses regressaram devido à instabilidade sócio-política, tendo chegado num navio russo<sup>12</sup>. O atual crescimento económico da Guiné Equatorial poderá levar alguns são-tomenses a rumar àquele país, nalguns casos refazendo laços de outrora.

Ao longo de Novecentos, os são-tomenses foram demandando Angola, que se tornou um destino de ilhéus, designadamente de profissionais liberais. A estes, não só lhes faltava espaço económico, social e político no arquipélago, como não podiam, na sua terra e perante os seus conterrâneos, conviver com a injustiça da sua desqualificação face a colonos, alguns dos quais de baixa extração social. Mais raramente, essa emigração teve igualmente a ver com os constrangimentos políticos da fase inicial de implantação do Estado Novo. Alguns descendentes desses são-tomenses viriam participar na luta pela independência de Angola.

Nos anos 60, a migração para Angola ter-se-á ampliado<sup>13</sup>. A visibilidade de uma colónia de são-tomenses, favorecidos na ascensão social pelas habilitações literárias e pela ocupa-

<sup>12</sup> Segundo notícia da época, ainda no cais foram distribuídos pão e leite, principalmente às crianças, tendo-se facultado depois alojamento às pessoas que dele necessitavam, cf. *Revolução* nº19, 19 de março de 1976, p.5.

<sup>13</sup> Esta emigração está por estudar, como, aliás, também estão por apurar muitas das facetas da atual comunidade são-tomense em Angola.

ção de posições subalternas na administração e na sociedade, ajudou à criação de estereótipos recíprocos entre angolanos e são-tomenses<sup>14</sup>. Nesses anos, por causa do seu crescimento económico, Angola ter-se-á tornado o principal destino da emigração são-tomense.

Porém, por causa do início da guerra civil em Angola, é provável que tenham chegado ao arquipélago perto de mil são-tomenses, além de cabo-verdianos<sup>15</sup>, estes últimos decerto de passagem. Dando embora conta das dificuldades do país em proporcionar emprego e alojamento, governantes independentistas reiteraram oficialmente a vontade de acolhimento dos são-tomenses desejosos de retornar<sup>16</sup>. Contudo, e ao menos episodicamente, é possível que o ambiente social em torno desses regressados fosse algo dissonante. Segundo o jornal oficial, os designados “deslocados” motivaram uma onda de solidariedade do “nosso povo”. Todavia, a propósito de alegadas impertinências de um jovem recém-chegado, o fito do artigo era o de rebaixar as expectativas dos recém-chegados, aferidas não pela vida deixada para trás, mas pela obrigação de disciplina e de trabalho para vencer a pobreza.<sup>17</sup> Este era o tom oficial, já o popular passaria também pela jocosidade, aliás, assinalada de passagem no mesmo relato em que se enaltecia a mobilização para atender aos recém-chegados.<sup>18</sup> Na rua, foram depreciativamente alcunhados de *kalúas*, designação derivada da do navio em que muitos viajaram para o arquipélago (curiosamente, como outrora sucedera com os serviços de quem os ilhéus se tinham quase sempre demarcado). Não surpreendentemente, tal facto esvaneceu-se da memória social local.<sup>19</sup> A emigração para Angola, restabelecida não tardou muito, terá induzido ao esquecimento desse episódio.

<sup>14</sup> Coteje-se NASCIMENTO, Augusto, 2000a, “Relações entre Angola e S. Tomé e Príncipe na época contemporânea (esboço de problematização em torno da transferência de mão de obra e das relações políticas),” in *Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola*, Lisboa, CNCDP. Na década de 1980, entrevista-se nos são-tomenses algum comprazimento pela posição de destaque dos conterrâneos em Angola. De alguma forma, a representação da posição dos são-tomenses em Luanda em Novecentos ressaltava a sua diferenciação social, como se, afinal, os são-tomenses não fossem emigrantes. Tal comprazimento atinha-se igualmente à situação prevalecente após a independência. Com ou sem fundamento, os são-tomenses orgulhavam-se de terem chegado até círculos próximos do presidente Eduardo dos Santos. As mudanças políticas e o afastamento entre os dirigentes dos dois países após a liberalização política, por um lado, e a reorientação da política externa derivada do achamento do petróleo, por outro, tornaram aquelas alusões menos frequentes e ostensivas. Tal também decorre do crescimento do número de são-tomenses, cujo padrão médio de qualificação forçosamente baixou, tornando menos visível a sua presença nos círculos das elites angolanas.

<sup>15</sup> A 9 de agosto de 1975, um avião da Força Aérea Portuguesa transportou para São Tomé 68 “compatriotas deslocados de Angola”. Nesse mesmo dia, o navio *Kalua* chegou a São Tomé com cerca de 300 passageiros, entre “santomenses e cabo-verdianos, deslocados de Angola” ou com 260 “refugiados” (cf. *Revolução* nº3, 22 de agosto de 1975, pp.2 e 5, respetivamente). A 8 de novembro, chegou o *Porto Amélia* com mais cerca de 400 desalojados. A 11, o navio *Cabang* trazia mais 110 desalojados (*Revolução* nº11, 21 de novembro de 1975, p.6). É possível que outros são-tomenses tenham chegado noutras ocasiões e por outros meios.

<sup>16</sup> Carlos Graça, então ministro da Saúde e dos Assuntos Sociais, deu conta de uma reunião de horas com os são-tomenses a viver em Angola, a quem descrevera a situação, económica, social e política do país. Desmentiu o boato segundo o qual se proibira o regresso a São Tomé e Príncipe. Expôs-lhes a situação difícil nas ilhas no tocante a alojamento e a emprego, dando nota da impossibilidade de concessão de auxílio financeiro (cf. *Revolução* nº7, 19 de setembro de 1975, pp.1 e 6). É possível que a viagem tenha sido norteadada pelo intuito de sustar o retorno de são-tomenses às ilhas.

<sup>17</sup> Por exemplo, veja-se o texto “deslocados”, in *Revolução* nº3, 22 de agosto de 1975, p.5.

<sup>18</sup> Observara-se “as Forças Armadas a descarregarem caixotes, malas, malinhas, cadeiras, mesas, frigoríficos, móveis, fazendo rir as pessoas, dizendo provérbios jocosos”, cf. *Revolução* nº3, 22 de agosto de 1975, p.5.

<sup>19</sup> BONFIM, *op. cit.*, p.33.

Por Angola, os migrantes contaram com o suporte de familiares, muitos dos quais se mantiveram ali apesar da guerra civil. De facto, nem o prolongado conflito armado impediu a emigração para Angola. Há anos, uma das maiores, senão a maior, comunidade<sup>20</sup> de são-tomenses no exterior residia neste país. Em 2002, estariam registados na embaixada de São Tomé e Príncipe cerca de 22.000 são-tomenses<sup>21</sup>. Atualmente, alude-se a 40.000 são-tomenses neste país. Já antes atrativa para são-tomenses com qualificação literária e técnica superior, a consolidar-se a estabilidade política e social e o crescimento económico, Angola tornar-se-á apelativa também para são-tomenses com menores qualificações. Deste modo, não só se replicará uma constante da história mais recente do arquipélago, a saber, a expatriação das suas elites, como, diferentemente de outrora, Angola poderá albergar um número considerável de são-tomenses menos qualificados dispostos a *aventurar* numa sociedade culturalmente mais próxima do que é hoje a sua realidade de origem.

Após 1975, também o Gabão foi procurado por são-tomenses, mormente por jovens. Conquanto os são-tomenses possam não ter disso consciência, a migração para o Gabão representa a inversão de um movimento de outrora, cujo eco no imaginário local é, precisamente, o uso do termo gabão para nomear os indivíduos desqualificados pela escravatura ou pelo trabalho nas roças. Após 1975, a tensão entre os dirigentes de ambos os países e a ideia de que o Gabão albergava os opositores a Pinto da Costa, não bastaram para tolher a emigração nem os contactos, apesar das então corriqueiras dificuldades de transporte até ao continente. Essa corrente alicerçou-se em laços pessoais, assim como no trato empreendido por pequenos comerciantes ou candongueiros, que passou a animar as relações com o Gabão.

Nem em razão do desanuviamento político da segunda metade da década de 80, coevo do arranque do processo de liberalização política no arquipélago, o cenário económico e social no Gabão se tornou necessariamente favorável aos imigrantes são-tomenses.<sup>22</sup> Na sequência de uma crise económica repercutida na desvalorização da moeda, no fecho de empresas e no aumento do desemprego e da criminalidade, os são-tomenses ilegalmente residentes não foram poupados à ordem de saída do país até 31 de janeiro de 1995 dada a todos os estrangeiros indocumentados. A 3 de fevereiro, cinco centenas de

<sup>20</sup> Não se adota acriticamente a ideia de uma homogeneidade ou, tão-pouco, da coesão entre os são-tomenses. Costumeira no discurso político, tal noção comporta um desígnio volitivo relativamente aos são-tomenses. Porém, sem embargo da proximidade refeita pela distância face à origem comum, são muitos os obstáculos à solidariedade, desde uma matriz cultural e social de origem pouco inclinada ao associativismo, até às difíceis condições de vida nas terras e locais de acolhimento.

<sup>21</sup> Cf. RAMALHO Sónia, 2010, *Repertórios femininos em construção num contexto migratório pós-colonial: modalidades de participação cívica*, dissertação de mestrado em Migrações, Inter-eticidades e Transnacionalismo, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL, p.23.

<sup>22</sup> Por vezes, as vidas de emigrantes são-tomenses em Angola e no Gabão foram perturbadas por eventos não relacionados com a emigração. Por exemplo, em 1993, dezenas de refugiados são-tomenses foram retirados de Huambo, após alegados maus-tratos perpetrados pela UNITA, que não os considerava estrangeiros “por serem pretos como nós” (cf. *Nova República* n.º60, 29 de junho de 1993, p.1 e n.º61, 6 de julho de 1993, p.2 e n.º62, 12 de julho de 1993, p.1). Nesse ano, também duas centenas de são-tomenses regressaram do Gabão em vista dos conflitos ali ocorridos aquando das eleições. Em São Tomé, esperava-se que essa cifra pudesse duplicar (cf. *Nova República* n.º73, 1 de dezembro de 1993, pp.1 e 3). Neste caso, parte deles terá regressado ao Gabão tão logo a situação política serenou.

são-tomenses regressaram do Gabão.<sup>23</sup> À chegada a São Tomé, esses retornados terão sido alvo de troça por parte das *palaiés*. Tal evento, com paralelismos com o sucedido aquando do regresso de são-tomenses de Angola em 1975, terá constituído uma forma de desagravo simbólico da poligamia constitutiva de laços familiares no Gabão, em razão dos quais se esfacelavam os anteriormente criados em São Tomé e Príncipe.

Aparentemente, por entre alguns que terão escapado à aplicação das medidas administrativas, só um são-tomense terá sido preso. Aliás, as autoridades são-tomenses fariam de flexibilidade das congéneres gabonesas, atento o “bom comportamento” dos são-tomenses.<sup>24</sup> Ultimamente, estimam-se em cerca de 7.000 os são-tomenses no Gabão, dos quais 1.400 inscritos nos cadernos eleitorais.<sup>25</sup> Um número superior a 8.000, dos quais a maioria seria composta de mulheres, foi também recentemente apontado.<sup>26</sup> Tais cifras parecem pecar por defeito, em razão, por exemplo, das estimativas de meados da última década do século XX,<sup>27</sup> aquando das medidas gabonesas contra os imigrantes ilegais.

Na era colonial, Lisboa tornou-se um destino de alguns são-tomenses. Uns partiriam daqui para o exílio e para a militância pela independência. Em 1975, vários são-tomenses deixaram Portugal rumo ao seu país. Porém, outros fariam o caminho inverso. Como se disse, a independência, a subsequente cristalização do regime monopartidário e os constrangimentos políticos, policiais e administrativos – ameaçadores da determinação da vivência individual, porventura até mais acentuadamente do que em certos períodos do colonialismo – levaram são-tomenses com uma visão do mundo oposta à dos governantes a emigrar para Portugal.

Conquanto as razões políticas se perfilarem como uma justificação para a decisão de emigrar, amiúde elas terão sido um motivo secundário e, porventura, invocado posteriormente. Mais do que por razões políticas, muitos estudantes quedaram-se por Portugal devido à antevisão das imensas dificuldades económicas, as quais infirmavam um horizonte de vida consentâneo com as aspirações decorrentes da sua formação. Assim, uma nova mas maior leva de emigrantes resultou, em parte, do tirocínio académico,<sup>28</sup> quanto também da decisão de muitos de não regressarem após uma viagem, por vezes de serviço. Com efeito, aproveitando uma breve estada

<sup>23</sup> Cf. <http://uk.groups.yahoo.com/group/saotome/message/100>, acesso a 17 de dezembro de 2011.

<sup>24</sup> *Notícias* nº101, 17 de março de 1995, pp.2 e 7. Esta ideia foi replicada numa crónica: “a honestidade e a dedicação ao trabalho (...) serviram de justificativo e de muito perdão para os *santomenses sem papiers*, aquando da decisão do Governo do Gabão de expulsar todos os estrangeiros indocumentados” (cf. ALEGRE, Francisco Costa, 2011, *Crónica de Magodinho*, São Tomé, UNEAS, p.22). Um retrato dissonante desta apreciação positiva foi traçado por Luís Vaz de Sousa BASTOS, 2011, *São Tomé e Príncipe desafios e desenvolvimento*, São Tomé, UNEAS, pp.111 e ss.

<sup>25</sup> Cf. <http://presidentearelio.wordpress.com/2011/06/20/aurelio-martins-encontra-comunidade-sao-tomense-no-gabao/>, acesso a 16 de novembro de 2011.

<sup>26</sup> Cf. BASTOS, 2011, *op. cit.*, p.111.

<sup>27</sup> Estimativas de 1992 falavam de 6.000 são-tomenses no Gabão, cifra que, admitia-se, teria aumentado muito nos anos seguintes (cf. *Notícias* [nº ilegível], 18 de janeiro de 1995, p.12).

<sup>28</sup> Em todo o caso, muitos dos estudantes que optam por não voltar reúnem condições para obter a nacionalidade portuguesa.



ou passagem por Portugal – caso, por exemplo, de equipas desportivas –, algumas pessoas aventuraram-se a ficar e a viver clandestinamente, preferindo este cenário a regressar para a sofrida sobrevivência nas ilhas.

Noutros termos, a emigração processou-se frequentemente de forma dissimulada, não só pelos escolhos no arquipélago, quanto também pelos óbices apostos à entrada em Portugal. Alguns dos que arriscaram a sorte contaram com o apoio de familiares e de amigos que os tinham precedido na decisão de emigrar. Previsivelmente, a cifra dos são-tomenses em Portugal, cujo número inclui em alguns casos os cidadãos de segunda geração, aumentou notoriamente nos últimos anos.

#### São-tomenses em Portugal

Ano	Número
1986	1563
1987	1625
1988	1730
1989	1873
1990	2034 <sup>29</sup>
1991	2007 <sup>30</sup>
1996	4092 <sup>31</sup>
1998	4338 <sup>32</sup>
1999	4809 <sup>33</sup>
2001	8009 <sup>34</sup>
2004	10483 <sup>35</sup>
2007	10627 <sup>36</sup>
2010	15.000 a 18.000 <sup>37</sup>

Fonte: ver notas

<sup>29</sup> De 1986 a 1990, dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (doravante SEF), citados por BONFIM, *op. cit.*, p.30.

<sup>30</sup> Dos 2007, 927 seriam homens e 1080 mulheres (cf. censo de 1991). Para este ano também se referem 2183 são-tomenses legalizados (cf. SEF, cit. por BONFIM, *op. cit.*, p.26 e anexo 3).

<sup>31</sup> São-tomenses radicados (cf. *Público*, 21 de Fevereiro de 1996, cf. BONFIM, *op. cit.*, p.25).

<sup>32</sup> São-tomenses legalizados (cf. BONFIM, *op. cit.*, p.28)

<sup>33</sup> Dados do SEF citados por TROVÃO, Susana e RAMALHO, Sónia, 2010, *Repertórios femininos em construção num contexto migratório pós-colonial. Dinâmicas familiares, de género e geração*, vol.I, Lisboa, ACIDI, p.38

<sup>34</sup> Cifra equivalente a cerca de 5,7% da população são-tomense, à qual, de resto, importará somar o número dos não legalizados (cf. MENEZES, Aires Bruzaca de, 2002, *Implicações sócio-económicas da exploração do petróleo em São Tomé e Príncipe*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISEG-UTL, p.50). Para o INE, em Março de 2001, residiriam 8.517 são-tomenses. Segundo o SEF, em Dezembro de 2001 existiam 6.230 são-tomenses titulares de uma autorização de residência e de um cartão de residência, a que cumpre somar os titulares de vistos temporários para trabalho ou estudo (cf. ROSA, SEABRA e SANTOS, 2003, *Contributos dos 'imigrantes' na demografia portuguesa. O papel das populações de nacionalidade estrangeira*, [http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos\\_OI/Estudos%2001%204.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/Estudos%2001%204.pdf), acesso a 16 de Novembro de 2011).

<sup>35</sup> Total de autorizações de permanência (2001-2004) mais autorizações de residência (cf. SEF, in [http://www.acime.gov.pt/docs/GEE/Estatisticas\\_GEE\\_2005.pdf](http://www.acime.gov.pt/docs/GEE/Estatisticas_GEE_2005.pdf), Setembro de 2006).

<sup>36</sup> Dados do SEF citados por TROVÃO e RAMALHO, *op. cit.*, p.38.

<sup>37</sup> Dados referidos por Sónia RAMALHO, que adianta que o SEF tem registados apenas cerca de 11.000, (cf. *op. cit.*, p.23). Não é ainda incomum ouvir referida a cifra de cerca de 25.000 são-tomenses em Portugal.

De referir que, segundo dados do SEF, em 2008, entre os são-tomenses existia uma maioria de mulheres, 55%, caso único entre as várias comunidades. Tal refletirá a feminização da migração – supostamente também observável no Gabão –, realçada pelo caráter recente da migração são-tomense. Para Portugal, desde 2001 que o fluxo migratório é maioritariamente formado por mulheres<sup>38</sup>.

O facto de a migração de são-tomenses ser nova e tributária, por exemplo, da mobilidade dos estudantes, ajuda a explicar a média de idades relativamente baixa, afora a eventual circunstância de são-tomenses mais antigos terem entretanto obtido a nacionalidade portuguesa. Em 2001, a idade média dos são-tomenses em Portugal era de 29,6 anos.<sup>39</sup> No tocante ao alojamento, existe uma forte concentração de são-tomenses na região de Lisboa. Em 1998, a taxa de desemprego era de 13,7%,<sup>40</sup> sendo possível que não se tenha alterado significativamente. A ser assim, tal cifra contrasta com recentes alusões ao baixo desemprego entre as são-tomenses, mesmo tendo em conta que se tende a considerar o trabalho precário e ocasional e, bem assim, ocupações de parte de um dia como “trabalho”. Diferentemente do sucedido com imigrantes de outras comunidades, as dificuldades económicas recentes em Portugal não estarão a provocar um retorno à terra de um significativo número de são-tomenses.

Em resultado da mobilidade dos últimos anos, as maiores comunidades migrantes encontram-se em Portugal, Angola e Gabão, existindo pequenos grupos em Espanha, Inglaterra, Costa do Marfim, Nigéria e Moçambique. Por ora, intentos de vidas transnacionais não são um traço marcante da diáspora são-tomense – ao invés, a dimensão das vivências transnacionais é ainda diminuta –, entre outras razões, por o clima económico na terra não ser propício a esse tipo de trajetos de vida. Entretanto, a comunidade migrante são-tomense move-se e, não deixando de ser são-tomense, adopta, instrumentalmente ou não, novas identidades e alarga a sua fronteira. Nos derradeiros anos, os são-tomenses fazem de Portugal plataforma para percursos de vida noutros países, mormente no Reino Unido.

Há anos, estimava-se em cerca de 15.000 o número de são-tomenses a residir no estrangeiro.<sup>41</sup> Atualmente, esta estimativa está largamente excedida. Atualmente, alude-se a cerca de 30% a 40% de são-tomenses nessa situação. Regista-se um aumento das suas remessas nos derradeiros anos, conquanto não haja (ou não se publiquem) dados precisos sobre tal facto.<sup>42</sup>

Dir-se-á que presentemente se desenha a tendência para a diminuição da taxa de emigração, o que poderá dizer menos dos números absolutos da emigração do que

<sup>38</sup> Cf. RAMALHO, *op. cit.*, p.24.

<sup>39</sup> ROSA, SEABRA e SANTOS, 2003, *op. cit.*

<sup>40</sup> OLIVEIRA, Catarina Reis de, 2004, *Estratégias empresariais de imigrantes em Portugal*, p.93, in [http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos\\_OI/Estudos%20OI%204.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/Estudos%20OI%204.pdf), acesso a 16 de novembro de 2011.

<sup>41</sup> BARBOSA, José Gomes, 2001, Políticas públicas e estratégia de desenvolvimento para S. Tomé e Príncipe, dissertação de mestrado, Lisboa, ISEG – UTL, p.40.

<sup>42</sup> Cf. <http://cstome.net/oparvo/1%C2%BA%20F.htm> e <http://www.oplop.uff.br/boletim/896/diaspora-sao-tomense-governo-realiza-encontro-para-debater-tema>, acesso a 16 de dezembro de 2011.

refletir o crescimento demográfico no arquipélago. A par disso, os entraves nos destinos podem estar a conter a emigração, para a qual, a somar às dinâmicas inerentes à globalização, as condições económicas continuam a impelir os são-tomenses.

Sustenta-se que os fluxos para o estrangeiro, os de uma ilha para a outra ou, ainda, das zonas rurais para a cidade de São Tomé, derivam dos estrangulamentos dos pequenos estados insulares.<sup>43</sup> Porém, o êxodo, a relacionar com os escolhos ao desenvolvimento, não pode imputar-se apenas a condicionamentos estruturais, antes deve ser pensado em razão das políticas adotadas no arquipélago.

### Perceções da emigração e a tensão com a terra

Ao invés do que sucedeu durante muito tempo, a emigração parece agora perfilar-se como uma mais-valia. Mas, na prática e para além da adequação aos lemas das agendas internacionais, que fazer perante a repentinamente imensa mole de emigrantes? Alguns alvitrarão que os sucessivos governos pretendem o retorno de emigrantes. Porém, tal parece implausível, podendo suceder que haja interesse no retorno de pessoas qualificadas. A exemplo do que ocorre sobre outras facetas da vida coletiva, é provável que o debate sobre a emigração e, em particular, o retorno dos emigrantes espelhe, mesmo que indiretamente, outras tensões políticas e sociais nas ilhas.<sup>44</sup>

Sem profundidade temporal, sem uma ideologia de emigração historicamente decantada, a emigração são-tomense não desempenha um papel económico,<sup>45</sup> social e cultural equiparável ao de outras migrações ou diásporas. Fruto da pobreza do arquipélago, assim como das dificuldades de integração nos países de destino, durante anos a emigração são-tomense permaneceu marginal nos vários países de acolhimento e esquecida na terra natal. Também por isso, até há anos, a emigração são-tomense tendia a cortar laços com a terra, atitude que parece mudar e que mudará em caso de futura prosperidade económica no arquipélago.

No arquipélago, arredadas as abordagens meramente preconceituosas, as reflexões sobre a emigração tornam-se, a um tempo, demasiado focadas e avulsas. Insta-se ao empenho do Estado são-tomense no enquadramento da emigração. Nessa senda, reivindicam-se políticas de proteção social e de prevenção da exploração dos cidadãos

<sup>43</sup> Tais estrangulamentos tolheriam o desenvolvimento, entre outras razões, pela fuga de cérebros e de competências e pelas inevitáveis perturbações sociais; consulte-se, por exemplo, BARBOSA, *op. cit.*, p.18.

<sup>44</sup> Independentemente da coloração partidária dos governos em São Tomé e Príncipe, parece impossível cerzir a clivagem política entre o poder em São Tomé e os intelectuais ou quadros no exterior, centrada na disputa de quem tem o saber e a competência. Esta clivagem é avivada por o debate político não se prender apenas com os recursos técnicos e científicos, quanto também com a idoneidade moral e política (que os de fora dizem ter, ao que os de dentro retorquirão que apenas se lhes cobiça os lugares). Cimenta-se, assim, uma clivagem face aos governantes e aos elementos preponderantes na terra.

<sup>45</sup> Em 1985, os emigrantes foram encarados como um recurso económico. Por essa altura, quando já se reconhecia serem 20% os são-tomenses emigrados, aprovou-se um decreto-lei sobre contas especiais de depósito para captação das poupanças de emigrantes; como era abertamente dito, a medida era “uma caça ao dólar”, um estímulo à entrada de divisas e, dizia-se, um estímulo à participação dos emigrantes no desenvolvimento do país (cf. *Revolução* n.º448, 19 de Junho de 1985, p.2; n.º449, 26 de junho de 1985, p.2 e n.º450, 3 de julho de 1985, pp.2 e 4).

emigrantes, tais, em termos genéricos, os objetivos propostos ao Estado, cujos representantes a espaços prometem apoio aos são-tomenses.

No país, sopesam-se agora as desvantagens políticas, económicas e sociais da migração. A mais danosa será a redução da capacidade técnica necessária para a administração e para o desenvolvimento económico. Salientando-se os danos do *brain drain*,<sup>46</sup> aqui e além, aventa-se a ideia do ganho que o arquipélago teria com o regresso dos emigrados. Em abstrato, trata-se de uma proposição lógica, mas ela ignora não só as dificuldades de integração no mercado de trabalho, quanto o clima de alguma dissonância entre os que vivem nas ilhas e os emigrados.

Admitindo-se, ao menos tacitamente, que a emigração se tornou uma eventual valia, será de indagar os motivos da aversão supostamente subsistente face aos emigrantes. A este propósito, importará destrinçar as atitudes do comum dos são-tomenses, muitos deles potenciais migrantes, por um lado, da perplexidade de estudiosos e da incomodidade dos políticos, por outro.

Após a independência, os emigrantes eram como que classificados de antipatriotas. A politização de todos os itens da vida levava a atribuir um posicionamento pró ou contra os governantes de São Tomé e Príncipe. No tempo do partido único, muitos dos emigrantes eram tendencialmente encarados como adversários do “povo” e, na realidade, muitos deles eram avessos ao regime que não encontrava oposição no território. Ocorria que a decisão de emigrar, mesmo quando tinha como primeira motivação a condição económica, acabava por se fazer acompanhar de uma subliminar desqualificação da liderança política, com o que se convivia mal no arquipélago. Amiúde, os emigrantes acabavam como opositores do regime de partido único. Com a liberalização política e as profundas mutações sociais nos anos recentes, os emigrantes deixaram de ser hostilizados como durante o monopartidarismo.<sup>47</sup> Mas a tensão parece perdurar e a questão coloca-se: independentemente de diferentes roupagens retóricas e motes políticos, não subsistirão sentimentos similares aos do pós-independência relativamente aos emigrantes, como se, com esta condição, deixassem de ser tão são-tomenses como os que ficam? A aludida tensão com a diáspora pode encarar-se como produto da conjuntura pós-independência ou trata-se de uma dimensão conflitual como que inevitável e relacionável com as dificuldades da microinsularidade?

Por regra, é em razão do percurso histórico que se atribui, ou não, valia à respetiva diáspora. Porém, no arquipélago, não é líquido que a história tenha um peso decisi-

<sup>46</sup> Atualmente, na abordagem dos tópicos da emigração e do desenvolvimento, de imediato emerge a questão do *brain drain*. Relativamente ao arquipélago, BONFIM considerou que razões económicas – rendimentos insuficientes – e políticas – por exemplo, intolerância para com o pluralismo e a instabilidade política – contribuíram para o êxodo de intelectuais e técnicos. Acrescenta que parte dos que acabaram como emigrantes deixara o país para prosseguir a sua formação (cf. BONFIM, *op. cit.*, pp.92-93, 100 e 117).

<sup>47</sup> Para o MLSTP, os emigrantes eram considerados menos são-tomenses. Inocência MATA acrescenta que, com a liberalização, os emigrantes políticos, tendo deixado de ser hostilizados, não deixaram, por isso, de ser ignorados. A emigração não é olhada como uma mais-valia (cf. MATA, 2004, *A Suave pátria. Reflexões político-culturais sobre a sociedade são-tomense*, Lisboa, Edições Colibri, pp.25 e 45-46).

vo – diria antes que ela serve de álibi – na configuração das atitudes relativamente à emigração e, sobretudo, aos emigrantes. Mais do que o lastro histórico, privilegiaria a indução política no facetar das atitudes para com a emigração. No arquipélago, desde 1975, os migrantes foram sendo como que apartados da nação. Este aspeto é fundamental porque da atitude dos governos dependem aspetos da vida dos emigrantes que, parecendo ao longe despiciendos, são, no particular das vidas por fora, deveras importantes e podem traduzir-se em perdas ou ganhos significativos. Entretanto, a sensibilidade política mudou, mas ainda não se repercute em resultados palpáveis. Até pela inexistência de pressão social nesse sentido numa terra onde as condições de vida permanecem assaz difíceis.

### **A emigração na esfera política**

Na esfera política, as estratégias de afirmação nacional – e, de caminho, de maior ou menor valorização da diáspora – mobilizam representações sociais acerca da idiosincrasia grupal ou coletiva, com que, por vezes, justificam os projetos de inserção geopolítica e as engenharias políticas e sociais. Essas representações refletem também a apetência, ou não, das gentes do arquipélago para a emigração. Durante anos, a ausência de uma política de emigração significava que o país não pensava nos seus emigrantes e, quando o fez, amiúde não foi além de justificações de circunstância ou de anúncios de intenções que demoram a concretizar-se. Tardou a despertar-se para a diáspora, de resto, uma noção que se foi impondo de fora para dentro.

Seja como for, ultimamente a diáspora<sup>48</sup> tornou-se um item da política, condicionando de alguma forma o discurso, que não necessariamente as políticas postas em prática. Sem capacidade de provocar mudanças sociais, conformar-se-á a diáspora a ser, sobretudo, um mote propagandístico?

No arquipélago, a rala política são-tomense para a emigração tem equilibrado entre a descoberta da importância da emigração – que levou à criação do vetor das comunidades no Ministério dos Negócios Estrangeiros na década de 90 – e a aparente demarcação dos que andam por fora (esta ambivalência repercute-se num posicionamento muito comum entre os são-tomenses que, na terra, têm opinião sobre o futuro do país). Em que medida tal alheamento justifica e/ou é induzido tanto pelas decisões e práticas de sucessivos governos, quanto pela tendência para a cristalização das assimetrias sociais a que (teoricamente) se opõe a diáspora mais propensa a salientar a valia da mobilidade social na construção do futuro das ilhas, tal seria uma questão a apurar.

<sup>48</sup> Construção histórica multifacetada, a diáspora é uma noção lata que, em diálogo com a globalização, mantém o estado-nação como referência. As fronteiras da diáspora são a raça e a cultura. Atualmente, delineiam-se estratégias no sentido de tornar a diáspora um empreendimento económico vantajoso (cf. FALOLA, Toyin, 2003, *The power of african cultures*, Rochester, University of Rochester Press, pp.279 e 277, respectivamente), tais as possibilidades abertas pelas novas tecnologias de comunicação e pela constituição de redes transnacionais. As diásporas tornaram-se indutoras da cooperação, não somente a estatal, mas também a das administrações periféricas e das associações cívicas.

Tal tensão transparece tanto em conversas pessoais como em fóruns institucionalizados. Por exemplo, o Encontro Nacional da Cultura, realizado em São Tomé entre 21 e 26 de novembro de 2011, ficou marcado pela polémica em torno da intervenção do ministro Olinto Daio, que “arrancou aplausos do público”.<sup>49</sup> De uma posição adversativa, dir-se-ia que o ministro não poderia ter feito mais para cortar pontes com a diáspora. Numa alocução parcialmente proferida em *santomé* ou *forro*, o ministro disse: “Negaram a dança da puíta porque tem cumba e foram dançar danço congo e estão a tomar chicote”,<sup>50</sup> tal a metáfora que alguns entenderam dirigida aos emigrantes constantemente críticos da miséria do país, que deixaram para escapar àquela, mas que acabaram, muitos deles, a viver numa miséria pior, não cessando, ainda assim, de dizer mal em vez de regressar para ajudar a melhorar a sua terra.

No fundo, parece subsistir a exigência de uma conduta em conformidade com a condição de são-tomense, que, não estando definida, passa pelo alinhamento com o poder instalado, assim se classificando, ou não, os indivíduos como “verdadeiros são-tomenses”. Independentemente da diferença de regimes e de linguagens políticas, a relação com a diáspora parece difícil. Tendo em vista a realização do Fórum da Diáspora nos dias imediatos, 28 e 29 de novembro de 2011, não se poderá rejeitar qualquer interpretação da intencionalidade do ministro Olinto Daio, mormente a da reafirmação do costumeiro desdém pelos contributos políticos e culturais da diáspora, dado que não se esperam contributos económicos significativos.

A propósito deste evento, imediatamente surgiram críticas ao alegado sectarismo dos convites para a participação num encontro que, supostamente, visava obter os contributos da diáspora para a delineação da política económica. Entre as recomendações ao governo emanadas desse evento, conta-se a da alteração legislativa para viabilizar a participação dos emigrantes nas eleições parlamentares, a criação de um instituto dos emigrantes no arquipélago, a institucionalização de um fórum dos emigrantes em São Tomé e, ainda, o apoio jurídico nos serviços consulares.<sup>51</sup>

Em São Tomé e Príncipe, celeremente tornado no país africano com a segunda maior taxa de emigração<sup>52</sup>, parece arraigada a incomodidade com a condição mas, sobretudo, com o protagonismo dos emigrantes, sentimento transversal a pessoas de vários gover-

<sup>49</sup> Referindo-se à identidade cultural do país, Olinto Daio disse: “estamos perdidos, minha gente. Não sabemos quem somos, as nossas origens! Até os são-tomenses que estão no estrangeiro só falam mal da nossa terra, negam a sua terra” (cf. *Correio da Semana* nº322, 23 de novembro de 2011, p.16).

<sup>50</sup> “Inem isca nega semba punda cumba, maje inen sá nalá cá piá dançu, isca toma sotchi bôbô” (cf. <http://www.telanon.info/cultura/2011/11/23/9064/ministro-da-educacao-sem-educacao-vai-ao-%e2%80%9cprimeiro-forum-nacional-da-cultura%E2%80%9D-e-insulta-os-santomenses/>, acesso a 29 de novembro de 2011). Neste caso, *tradução livre* é a menção apropriada. Interpelada, uma pessoa são-tomense afirma que interpretava a frase como uma mensagem do seguinte teor: “Estamos perdidos! Existem são-tomenses que estão no estrangeiro que só falam mal da nossa terra e desvalorizam a nossa cultura”.

<sup>51</sup> Cf. <http://cstome.net/oparvo/1%C2%BA%20F.htm>, acesso a 16 de dezembro de 2011.

<sup>52</sup> Para 2010, a taxa de emigração cifrava-nos 21,9%, cf. <http://siteresources.worldbank.org/INTLAC/Resources/Factbook2011-Ebook.pdf>, acesso a 27 de fevereiro de 2012. Eventualmente calculada por defeito, esta taxa é assinalável por, como se disse, a emigração ser um facto recente, isto é, ter apenas algumas décadas e materializar uma mudança radical na relação dos são-tomenses com o mundo.

nos e partidos. Aliás, encontrar-se-á quem, crítico na diáspora, vire crítico desta depois de reinserido na terra. A mudança para a democracia representativa não removeu este lastro de antagonismo, para o qual, dissemos, talvez tenha de se procurar explicações para além do dia a dia da política nas ilhas.

As perspetivas sobre as causas da emigração explicam o subsistente mal-estar entre a terra e a diáspora, evidentemente não verbalizado como tal. Parte dos emigrantes achará sempre que teve de sair, que foi forçada a procurar a vida. Na falta de uma ideologia ou cultura da emigração, esta é explicada pelas circunstâncias na terra. Logo, esta explicação dá, implícita mas imediatamente, lugar à avaliação da política, o mesmo é dizer, à depreciação dos *políticos*. Parte da diáspora, mormente a mais qualificada, sente que está apartada por razões que se prendem com a perpetuação no poder dos *políticos*, a quem atribuem a desgraça do país e a falta de oportunidades para os demais cidadãos, parte dos quais, por isso, tem de ficar por fora. O sentimento de injustiça aflora, tanto mais que parte dos expatriados julga que a diáspora tem talentos e competências que não abundam nas ilhas.

Portanto, o que está em causa é a rede clientelar que, mobilizando oportunidades, se constitui como um óbice ao retorno dos são-tomenses. Logo, as queixas relativas à arquitetura política não desaparecem: se, no tempo do partido único, a feição ditatorial do regime constituía o alegado empecilho ao regresso,<sup>53</sup> atualmente fala-se na corrupção e na acumulação indevida de recursos e de oportunidades. Numa sociedade algo fechada, quem chega para construir uma vida à medida das necessidades aprendidas por fora admite sujeitar-se a percorrer a via-sacra de lealdades pessoais. A sua ascensão social depende mais desta predisposição do que da sua competência técnica. Além deste aspeto, sobram os efeitos do ainda pouco enraizado pluralismo político e da escassa tolerância para com as diferenças.<sup>54</sup>

Tal ambiente pode obstar ao retorno e complicar a reinserção dos emigrantes. Se, como outrora, os problemas políticos,<sup>55</sup> as dificuldades económicas e, ainda, as limitações de um horizonte insular determinaram a partida de são-tomenses, presentemente, a antevisão da rarefação das oportunidades e das conseqüentes tensões associadas à sua disputa desincentiva o respetivo regresso.<sup>56</sup> Em suma, no arquipélago perduram os fatores de alguma conflitualidade surda e da estigmatização dos emigrantes, assim se

<sup>53</sup> Diga-se que tais condições prejudiciais aos emigrantes não os visavam enquanto tais, sendo antes um resultado da política económica e financeira do novel Estado. Naturalmente, a ter existido uma tradição de emigração e um número significativo de emigrantes, que sugerissem maior abertura ao mundo, as opções económicas e financeiras poderiam ter sido diferentes desde os primórdios da independência.

<sup>54</sup> Assinalado por BONFIM, *op. cit.*, pp.92-93; veja-se também MATA, *op. cit.*

<sup>55</sup> Já no regime multipartidário, mais do que como escapatória económica e social, a emigração tem sido encarada por atores políticos como solução temporária para acomodar derrotas na política e para ajudar a diluir a memória local dessas derrotas. É certo que esta representação da emigração diz respeito sobretudo aos políticos, mas ela contamina a visão que nas ilhas corre acerca do comum dos emigrantes.

<sup>56</sup> Aparentemente, a situação dos estudantes enviados para vários países constitui uma manifestação, se não de imperícia, pelo menos de dificuldade na relação entre o Estado e os expatriados. De Cuba, do Brasil e de Angola chegam amiudadas queixas relativamente a atrasos nos pagamentos de bolsas, o que cria desafeição e, objetivamente, empurra jovens para fora dos estudos. Em resultado desta situação, quanto de uma (inconfessada) depreciação das possibilidades de singrar na sua terra, nalguns casos os jovens acabam por se fixar nas sociedades onde fizeram os seus estudos, não regressando ao arquipélago.

alimentando a dinâmica de atrito entre, por um lado, os que ficaram e se apropriaram de vários recursos de poder e, por outro, alguns dos expatriados que não perdem de vista a deriva da sua terra.

### Consciência crítica na diáspora

Após anos de aparente imobilismo, o enquadramento político internacional do arquipélago alterou-se radicalmente e as suas relações externas ganharam múltiplas facetas (as várias comunidades – incluindo as de outros africanos no arquipélago – também compõem as relações entre o arquipélago e os países geográfica ou politicamente próximos). Enquanto isso, a diáspora são-tomense é, em primeiro lugar, uma descoberta retórica. Esboça constituir-se como uma rede, mas ainda não assenta num pujante associativismo. Também por este facto, a diáspora são-tomense não vê acrescentada a capacidade de influir direta ou indiretamente no devir do país.

Desde há anos, vem-se notando a tentativa de afirmação da diáspora, cujo pólo mais dinâmico se localiza em Portugal. Porém, contra essa afirmação milita a pobreza e a marginalidade de uma fração substancial dos emigrantes. Afora isso, também não sabemos se a indiferença relativamente ao associativismo prevalecente nas ilhas não é replicada em Portugal e se não se olha com ceticismo as tentativas de protagonismo no seio da comunidade. É de admitir que o reforço dos vínculos familiares e, por conseguinte, da identidade coletiva se processe à margem de esforços associativos e da tentada afirmação institucional da diáspora.

Justamente, a diáspora – ou quem, socialmente mais diferenciado, a representa – pretende-se talhada para o diálogo político com os governantes em São Tomé. Mais, hoje, alguns emigrantes tentam ser uma consciência crítica do rumo político do arquipélago (em contrapartida, por ocasião dos pleitos eleitorais, qual réplica da *maldição* da terra, outros emigrantes já demandam *banho*, isto é, a dádiva de bens materiais em troca de votos). Por isso, ao mesmo tempo que comumente se fala de trajetos e condições de vida, alguns emigrantes escrutinam o rumo da democracia e a incidência da corrupção na terra natal.

Os emigrantes tentam erigir-se numa diáspora, de alguma forma denotadora da elevação do seu patamar cultural e social. Ainda em fase de afirmação de si própria, a diáspora não reflete, por ora, muito mais do que uma consciência militante da parte de alguns emigrantes quanto à necessidade da sua participação cívica e política. Ensaia-se uma institucionalização que lhe aumente a representatividade e a importância social e política. Alguns passos dados nesse sentido mostram-se inconsequentes. Replicando a rarefeita sociedade civil nas ilhas, os esforços associativos da diáspora ainda são débeis.<sup>57</sup> Pese embora a regularidade de certas realizações, elas apenas alcançam um universo re-

<sup>57</sup> A debilidade associativa também reflete tanto as reservas quanto os expedientes mais ou menos inconsequentes dos governos dos países de acolhimento no atinente à criação de mecanismos de integração social dos imigrantes.



duzido. Outras, de maior vulto, sugeridas pelo mimetismo ou pelo voluntarismo, tornam-se suscetíveis de instrumentalização ou motivo de polémica e dissensão.

Em outubro de 1998, em Lisboa, ocorreu o Encontro Nacional de Quadros de São Tomé e Príncipe. Voltou a efetuar-se um encontro, desta feita em São Tomé, mas por aí se parece ter quedado tudo. Em Portugal, a espaços ocorrem eventos, como o encontro dos quadros da Ilha do Príncipe em 2004, mas sem mais consequências. Como referimos, resta saber se tal incosequência não espelha um juízo negativo sobre a valia dos propósitos e dos esforços associativos e se, no fundo, não reflete uma inamovível descrença no destino da terra e, note-se, no dos são-tomenses.

O incremento das possibilidades de comunicação aumentou o fluxo de comentários e de debate das várias vertentes de governação, por exemplo, em torno da observância dos acordos relativos à exploração petrolífera com a Nigéria e das políticas de desenvolvimento. É do exterior, onde o acesso a cargos políticos na terra se afigura mais improvável, que emana parte substancial dos reparos à fraca capacidade técnica e institucional dos dirigentes. Daí a incomodidade com as críticas, as quais, representando um exercício de responsabilidade social dos expatriados para com a terra natal, são ressentidas como injustas nas ilhas.

Por isso, no arquipélago, desvaloriza-se o que é dito e escrito por fora. Nas ilhas, algumas das tomadas de posição da diáspora são amalgamadas com a sobrançeria de quem não está obrigado à resolução das incontáveis dificuldades do dia a dia no arquipélago. De caminho, entre os inconvenientes da formação no exterior,<sup>58</sup> cita-se o desajustamento dos contributos para a resolução dos problemas sociais e das propostas de desenvolvimento elaboradas sem ponderação da realidade local. Independentemente da pertinência deste diagnóstico, assim abstratamente formulado, ele poderá dar azo a um fechamento de perspetivas e a juízos arbitrários e enfeudados à lógica clientelar aparentemente prevalecente em São Tomé e Príncipe, onde, note-se, por regra não se avalia o fosso entre as promessas proclamadas e as (não) executadas.

Por ora, os expatriados qualificados não têm possibilidades de um efetivo protagonismo. Desde logo, porque a diáspora não tem a profundidade histórica, a dimensão demográfica e o peso económico e social comparáveis aos de diásporas de outros países. Trata-se de uma diáspora recente, relativamente diminuta, ainda pouco estabilizada e institucionalmente fragmentada, culturalmente com alguma diferenciação mas sem avultados recursos económicos, mais, condicionada pelas situações de privação económica e social. Depois, porque não elencando a emigração como uma prioridade

<sup>58</sup> Descortina-se aqui um veio histórico, a saber, o da avocação de uma relação particular com a terra como condição de um saber profícuo. Curiosamente, na era colonial, os colonos desconsideravam quaisquer apreciações em razão da presumida valia do seu saber prático, forjado na lida diária com os africanos. A residência e a sua hegemonia nas ilhas eram a fonte de um saber indiscutido. Mudados os referentes e os lemas políticos, a ligação à terra ressurgiu como uma premissa de qualquer enunciação pertinente sobre o arquipélago. No pós-independência, tal pressuposto aplicou-se aos estrangeiros, mas foi, e é, igualmente usado para se depreciar o contributo dos são-tomenses entrementes emigrados.

da política, as autoridades são-tomenses não contemplam, senão ocasionalmente e, porventura, com calculismo político, o papel da diáspora. De certa forma, os elementos da diáspora são tidos como indivíduos tornados diferentes. Nestas circunstâncias, o contributo da diáspora na renovação das elites, de governantes e das práticas políticas deverá permanecer mínimo.

E, não obstante este alheamento face ao eventual contributo dos expatriados, é de notar como, em mais de três décadas de independência, os líderes chegaram de fora, fosse do território, fosse do círculo das cumplicidades políticas operantes na terra.<sup>59</sup> Em sucessivas conjunturas, a demanda de individualidades com contornos redentores – Miguel Trovoadá e Fradique de Menezes – sobrepôs-se à adesão a elementos distintos a viver na terra. Aliás, o projeto nacionalista triunfante teve a sua gestação fora do território.

### Iniciativas associativas

Portugal será o país de destino com ambiente mais favorável à atividade associativa e política dos são-tomenses e onde a comunidade pode aproveitar mais a sua capacidade organizativa. Se contra esta possibilidade milita uma pobre tradição de participação cívica da sociedade portuguesa, a verdade é que, nos últimos anos, instâncias políticas e administrativas favoreceram, quando não induziram, o associativismo entre os imigrantes.

Não foi por isso que certos projetos deixaram de falir. Por exemplo, a Associação Internacional dos Angolares, sediada em Sacavém, dita Internacional por supostamente ligar pessoas de vários países, anunciou em 2001 intervenções em prol do desenvolvimento do sul da ilha de São Tomé. Porém, não terá ido muito além de uma reunião de trabalho em janeiro de 2002 e de intenções.<sup>60</sup> Precisamente, ela pode ser um exemplo de um facto comum, a saber, a caducidade de muitos intentos associativos. Porém, pode igualmente indiciar a replicação de linhas de clivagem que radicam numa história não muito distante.

Com efeito, o associativismo denota veios de diferenciação que atravessam a comunidade são-tomense. Afirmaram-se várias associações, de que se salientam a ACOSP – criada em 1997 e habitualmente reconhecida como a associação dos são-tomenses em Portugal – e, mais recentemente, a associação de mulheres, *Men Non*,<sup>61</sup> cuja apresentação, mormente no tocante ao trajar, parece tributária de uma ideia de uma comunidade orgânica que remonta aos primeiros desfiles da OMSTEP, a organização das mulheres são-tomenses do partido único. Os eixos fundamentais da sua

<sup>59</sup> A recente eleição de Pinto da Costa, que esteve à frente do país durante o regime de partido único, não invalida esta ideia, porque ele se manteve como que à margem das disputas políticas, reaparecendo como uma figura distante e promotora da regeneração das práticas políticas.

<sup>60</sup> Esta associação não foi reconhecida pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Inter-cultural (ACIDI) (cf. RAMALHO, op. cit., pp.112-113).

<sup>61</sup> Revelando um dinamismo apreciável, a *Men Non* vem com alguma regularidade promovendo eventos com os quais se vem dando a conhecer. Consulte-se também <http://www.wix.com/mulher8/mennon>.

atuação parecem ser os da sociabilidade e suporte jurídico, social e, quando possível, material aos membros da comunidade.

Alentado pela motivação religiosa, algum associativismo informal, de base, terá um papel relevante no apoio material, mesmo se parco, e na reconstrução de laços sociais<sup>62</sup> de uma comunidade sujeita a uma força social centrífuga e na qual, evidentemente, se sentem os impactos negativos da crise económica.

O associativismo feminino denota a assimetria de género – *o problema da mulher são-tomense é o homem são-tomense!*, asseveram-nos – e, simultaneamente, evidencia as possibilidades de abordagem de temas – por exemplo, a violência doméstica – que nas ilhas começaram a concitar a atenção por indução de organizações internacionais. Ainda a respeito das assimetrias de género, é de salientar que a possibilidade de desagregação da família é um dos motivos para parte das mulheres não desejarem regressar a São Tomé e Príncipe,<sup>63</sup> mesmo quando são perentórias a afirmar que teriam mais facilidades de vida caso voltassem ao arquipélago, asserção de que também importa duvidar.

### Nota final

Por entre inércias e rituais, e mesmo quando resumido à “conversa deitada fora” sobre o curso da política e das vidas na terra e fora dela, o associativismo tem algum papel na promoção da ligação entre os são-tomenses expatriados.

Diga-se, pelas ilhas, a africanização<sup>64</sup> e os processos de diferenciação económica (de que a apropriação de terra é um sinal) vão apartar parte dos são-tomenses a viver no estrangeiro que, natural e progressivamente, deixarão de se sentir identificados com a terra, sua e dos seus ascendentes. Afinal, os emigrantes nem sempre encontram uma abertura propícia ao acolhimento dos *de fora*, nos quais progressiva e tacitamente eles próprios acabam por ser incluídos. Por razões ligadas à reprodução social das assimetrias prevalecentes, no arquipélago escasseia a compreensão pelos emigrantes, mormente pelos não bem sucedidos. Mas, arriscaria prognosticar, a receptividade em relação aos conterrâneos bem sucedidos mas sem hipóteses ou intenções de consumo dissipatório na terra também não será maior.

<sup>62</sup> Sobre a participação cívica das mulheres são-tomenses, veja-se Sónia RAMALHO, *op. cit.*

<sup>63</sup> NASCIMENTO, Augusto, 2011, “The São Toméan female association in Lisbon: the perception of gender in a migratory context” na 4th *European Conference on African Studies – ECAS 4*, in <http://www.nai.uu.se/ecas-4/panels/81-100/panel-96/Augusto-Nascimento-full-paper.pdf>. Para outros aspetos relacionados com a perceção das relações de género entre são-tomenses, veja-se RAMALHO, *op. cit.*, pp.45 e ss.

<sup>64</sup> Um discurso identitário cada vez mais vincado vem celebrando a africanização da terra, como se este processo – aqui grosseiramente sintetizado como uma propensão para um retorno simbólico a origens africanas – corrigisse a distorção imposta pelo colonialismo. Ora, este viés essencialista não favorece, antes pelo contrário, o contributo dos emigrantes, mormente dos que vivem na Europa.

## Referências bibliográficas

- Alegre, Francisco Costa, 2011, *Crónica de Magodinho*, São Tomé, UNEAS
- AMADO, Lúcio Barbosa Neto, 2002, *S. Tomé e Príncipe no período pós-colonial (de 1975 a 1991). O percurso do sistema educativo*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE
- barbosa, José Gomes, 2001, *Políticas públicas e estratégia de desenvolvimento para S. Tomé e Príncipe*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISEG – UTL
- Bastos, Luís Vaz de Sousa, 2011, *São Tomé e Príncipe desafios e desenvolvimento*, São Tomé, UNEAS
- Bonfim, João do Sacramento, 2000, *Os processos migratórios em S. Tomé e Príncipe e a corrente portuguesa*, dissertação de mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
- Cahen, Michel, 1991, "Arquipélagos da alternância: A vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe" in *Revista Internacional de Estudos Africanos* nº14-15, Lisboa, CEAA-IICT
- Eyzaguirre, Pablo, 1986, *Small Farmers and Estates in Sao Tome, West Africa*, Ph. D. dissertation, Yale University
- Falola, Toyin, 2003, *The power of african cultures*, Rochester, University of Rochester Press
- Ferreira, Manuel Ennes, 1990, "Pobreza absoluta e desigualdades sociais, ajustamento estrutural e democracia na R. D. São Tomé e Príncipe" in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, CEAA-IICT
- Hodges, Tony e NEWITT, Malyn, 1988, *São Tomé and Príncipe. From Plantation Colony to Microstate*, Londres, Westview Press
- Mata, Inocência, 2004, *A Suave pátria. Reflexões político-culturais sobre a sociedade são-tomense*, Lisboa, Edições Colibri
- Menezes, Aires Bruzaca de, 2002, *Implicações sócio-económicas da exploração do petróleo em São Tomé e Príncipe*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISEG-UTL
- Nascimento, Augusto, 2000a, "Relações entre Angola e S. Tomé e Príncipe na época contemporânea (esboço de problematização em torno da transferência de mão de obra e das relações políticas)" in *Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
- \_\_\_\_\_, 2000b, "Relações entre Brasil e S. Tomé e Príncipe: declínio e esquecimento" in *As Ilhas e o Brasil*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico
- \_\_\_\_\_, 2002, *Podere e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe de finais de Oitocentos a meados de Novecentos*, S. Tomé
- \_\_\_\_\_, 2005, "Notas sobre a valia política, simbólica e económica dos processos migratórios em S. Tomé e Príncipe" in *Arquipélago. História*, 2ª Série, vols. IX-X, Ponta Delgada, Universidade dos Açores

- \_\_\_\_\_. 2007, "Diáspora são-tomense e política na terra" in <http://www2.iict.pt/?idc=1028&idi=11758>
- \_\_\_\_\_. 2008, *Atlas da lusofonia*. São Tomé e Príncipe, Lisboa, Prefácio
- \_\_\_\_\_. 2011, "The São Toméan female association in Lisbon: the perception of gender in a migratory context", *4th European Conference on African Studies – ECAS 4*, Uppsala, 15 a 18 de Junho in <http://www.nai.uu.se/ecas-4/panels/81-100/panel-96/Augusto-Nascimento-full-paper.pdf>
- Oliveira, Catarina Reis de, 2004, Estratégias empresariais de imigrantes em Portugal, p.93, in [http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos\\_OI/Estudos%20OI%204.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/Estudos%20OI%204.pdf), acesso:16 de novembro de 2011.
- Ramalho Sónia, 2010, *Repertórios femininos em construção num contexto migratório pós-colonial: modalidades de participação cívica*, dissertação de mestrado em Migrações, Inter-eticidades e Transnacionalismo, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL
- Rosa, M. J., Seabra, H. e SANTOS, T., 2003, Contributos dos 'imigrantes' na demografia portuguesa. O papel das populações de nacionalidade estrangeira, [http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos\\_OI/Estudos%20OI%204.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/Estudos%20OI%204.pdf), acesso:16 de novembro de 2011.
- Sacramento, António Francisco do, 1996, *A problemática do crescimento demográfico no processo de planeamento do território em S. Tomé e Príncipe: análise no sector de educação, saúde e emprego*, dissertação de mestrado, Coimbra, Universidade de Coimbra
- Seibert, Gerhard, 1999, *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*, Leiden, Leiden University
- \_\_\_\_\_. 2002, "Democracia e corrupção. O caso de São Tomé e Príncipe" in *Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Porto, CEA da Universidade do Porto
- Tenreiro, Francisco, 1961, *A ilha de S. Tomé*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar
- Trovão, Susana e RAMALHO, Sónia, 2010, *Repertórios femininos em construção num contexto migratório pós-colonial. Dinâmicas familiares, de género e geração*, vol.I, Lisboa, ACIDI